

ACESSO E PROMOÇÃO À CARREIRA

DEMOCRACIA E RESPEITO AOS DOCENTES FICARAM MUITO LONGE DA DECISÃO DO CONSUN

No dia 28/3, às vésperas do feriado prolongado da Páscoa, a comunidade puquiana foi agraciada com uma "bomba" lançada pela Fundação São Paulo e pela Reitoria: uma proposta de reformulação das normas para ingresso e para o fim de carreira na universidade. A proposta foi apresentada ao Consun, mas, curiosamente, não na forma de um documento, com ampla divulgação prévia para permitir uma cuidadosa análise por parte dos próprios conselheiros e de toda a comunidade, como se julga adequado a uma universidade que se preze, mas na forma de um power point, procedimento de triste e recente memória para todos os que acompanharam o depoimento de um certo procurador Daltan Dallagnol no processo contra Luís Inácio Lula da Silva.

A Reitoria pedia a aprovação imediata do plano, apesar de seu ineditismo, da falta de discussão e da apresentação precária, em franco contraste com a sua importância para a vida dos professores e professoras da PUC-SP. Só não foi aprovado graças à ação de conselheiros que pediram um pouco mais de tempo para examiná-lo.

Porque tanto açodamento, tanta urgência, tão descuidada precipitação para tratar de um assunto tão importante? Resposta: porque o plano significa um desastre, um ataque às conquistas históricas do professorado, e a Fundasp e a Reitoria sabem disso. Basta uma análise de seus dois pontos mais importantes. Contra tudo o que diz a Constituição brasileira, o Estatuto do Idoso e as leis trabalhistas, o plano estabelece:

1. A demissão compulsória de todos os professores com idade igual ou superior a 75 anos;

2. A recomendação de contratação de novos professores com idade igual ou inferior a 50 anos.

E o espírito do plano, em sintonia com as determinações da reforma trabalhista, não fere apenas as leis: ele também se choca com as determinações e a trajetória do Papa Francisco (uma universidade que, lembremos, é pontifícia), com as recomendações da CNBB contrárias à nova legislação e com as decisões do próprio Consun e do Consad, que reiteradas vezes repudiaram as reformas preconizadas pelo governo Temer e apoiaram manifestações em defesa das conquistas históricas dos trabalhadores, incluindo a greve geral de 28/4/2017. Mas, principalmente, o plano avilta a história da universidade, forjada na defesa dos direitos humanos, na resistência contra o autoritarismo e na prática humanista.

Em sua sessão extraordinária de 4/4, convocada em caráter extraordinário, o Consun aprovou, por maioria, a apresentação em power point de Dallagnol - quer dizer, o novo plano de carreira -, apesar de tudo. A nossa PUC-SP caminha rumo ao precipício, ao passo que uma nova universidade, de contornos bizarros, autoritários e liberal ganha forma. Mas ainda é possível resistir, e a comunidade puquiana saberá encontrar os seus próprios meios.

Em tempo: O texto referente ao ingresso e promoção na carreira foi apreciado e votado no Conselho de Administração, Consad, no dia 05/4 e aprovado com alguns adendos que serão efetuados nos próximos dias. A discussão sobre o encerramento da carreira deve acontecer no Consad assim que houver uma decisão no Consun.

FORA TEMER!

ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!

PREPARAR A GREVE GERAL!

FORA A INTERVENÇÃO NO RIO DE JANEIRO

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

Reunião na APROPUC questiona proposta da reitoria

Reunidos na APROPUC os professores analisaram as propostas da Reitoria com relação ao acesso, promoção e encerramento da carreira docente. Para os professores ficaram claras as falhas na proposta que poderiam ser melhoradas se houvesse um prazo mais adequado para discussão e não fosse imposta goela abaixo à comunidade.

Os critérios para acesso e promoção foram considerados contraditórios e insuficientes para atender uma demanda represada há mais de 10 anos. Os professores de diferentes departamentos reivindicaram a possibilidade de definir em conjunto com toda a comunidade tais critérios, desde que sejam universais, amplos e democráticos e não casuísticos como os apresentados pela proposta.

Nesse sentido redigiram uma carta ao Consun (veja íntegra na página 3), onde pediam a separação das propostas e a elaboração de um calendário de discussões.

TÉRMINO DA CARREIRA

A proposta mais criticada pelos docentes, porém, foi a de encerramento da carreira docente. A medida, da maneira que está proposta na alteração regimental, configura-se fundamentalmente como um desrespeito aos docentes, sem precedentes na iniciativa privada.

A reitoria insiste em que não está propondo demissão de professores que

atingam a idade de 75 anos, mas a criação de uma categoria, professor sênior, que a partir de 75 anos deixaria de cumprir um contrato com a instituição, passando a trabalhar o equivalente a um TP-10, mas recebendo por um TP-20 por mais 5 anos, findo os quais deixaria a universidade recebendo um plano de saúde de valor médio.

ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

Embora a reitoria afirme estar agindo de maneira constitucional, o departamento jurídico da APROPUC levantou uma série de problemas se a medida for adotada. Em primeiro lugar direitos, benefícios ou parcelas assegurados em Regulamento Interno, Estatuto ou Regimento têm força de lei e se incorporam ao contrato de trabalho do empregado, constituindo direito adquirido. A súmula 51 do Tribunal Superior do Trabalho afirma que: "As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento".

Na iniciativa privada

não existe limite para o empregado ser desligado. O STF - Supremo Tribunal Federal já entendeu que "a mera concessão da aposentadoria voluntária ao trabalhador não tem por efeito extinguir, instantânea e automaticamente, seu vínculo empregatício" (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.721-3).

ESTATUTO DO IDOSO

De outro lado o Estatuto do Idoso dispõe que não existe limite de idade para admissão, a significar que não existe, também, limite para demissão:

Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Tanto a Constituição quanto a Lei - Lei n. 9.029/95 -, veda discriminação na admissão, manutenção do vínculo empregatício e dispensa, em razão da idade ou por outros motivos. Confira-se:

"Art. 1o É proibida a ado-

ção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

A Justiça Trabalhista determinou a reintegração do professor Cirineu de Almeida contra a Mantenedora da PUC-Goiás por discriminação por idade.

Embora os professores reconheçam que a concessão de um plano complementar para a aposentadoria seja uma necessidade que já vem sendo discutida há anos pela APROPUC, junto com os gestores, tomar uma decisão dessa monta sem ouvir as associações e os professores da casa de uma maneira efetiva, é um ato antidemocrático, que se coloca contra toda a tradição de participação que sempre norteou a PUC-SP.

Por outro lado os professores entenderam que a APROPUC deve ser fortalecida para que ataques desta natureza aos direitos dos docentes não aconteçam novamente.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Sthefane Mattos, Marina D'Aquino
Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e
Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira,
Jason Tadeu Borba, Victória C. Weichtordt, Nalcir Antonio Ferreira Jr. e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Sem discussão com comunidade, Consun aprova promoção à carreira

A sessão extraordinária do Consun de 4/4, discutiu e aprovou o acesso e promoção à carreira. O processo que culminou nessa decisão foi extremamente complicado, não deixando à comunidade espaço para discussão ou adendos à proposta da Reitoria.

Apresentada às vésperas do feriado de Páscoa através de um resumo em Power Point, a proposta, que incluía outro item de encerramento da carreira, previa a ascensão de 82 docentes a patamares superiores da carreira, quase foi votada naquela data. Alguns conselheiros sugeriram uma sessão extraordinária para que pudessem ter acesso ao documento e ter um pouco mais de subsídios para votarem o texto.

O que os conselheiros receberam, no final da tarde de quarta-feira, 2/4, não foi a proposta definitiva, mas o mesmo Power Point, ainda com a recomendação de manutenção do sigilo.

Na sessão extraordinária algumas faculdades relataram encontros com os docentes ou chefias e ordenações para analisar o documento e faculdades como a FEA solicitavam (a exemplo dos professores reunidos na APROPUC) mais tempo para o debate, já que se tratava de critérios polêmicos e que podiam ser revistos com mais calma pelos docentes.

A APROPUC, através de seu presidente, João Batista Teixeira da Silva leu um documento tirado na



STEFANE MATTOS

Professor João Batista Teixeira da Silva lê no Consun a carta aberta dos professores

Carta aberta dos professores ao Consun

Os professores da PUC-SP, em reunião aberta realizada na sede da APROPUC-SP, no dia 3/4, debateram o significado e as implicações das propostas de acesso, promoção e encerramento da carreira docente apresentada pela reitora, Profa Dra Maria Amália Pie Abib Andery, em 28/3 a este conselho. Como resultado da discussão, chegaram à conclusão unânime de que:

1. É inaceitável e antidemocrático o prazo exíguo para discussão de um importante texto, apresentado aos conselheiros, na forma de Power Point, às vésperas de um feriado e desconhecido até mesmo pelas chefias departamentais, e que modifica as regras de promoção e encerramento da carreira na universidade, contrariando a história, universalidade e isonomia conquistados pelos professores;

2. Os pontos centrais da

proposta configuram imprecisões e inconstitucionalidades, dentre as quais destacamos:

- 2.1. Acerca da proposta de acesso e promoção da carreira docente:

- a. Indefinição dos critérios para acesso à carreira, desconsiderando as especificidades dos diferentes cursos e departamentos da universidade;
- b. Necessidade de o processo ser dialógico e participativo, com critérios universais, de acordo com o Estatuto e Regimento Interno da universidade.

- 2.2. Acerca da proposta de encerramento da carreira docente:

- a. A inconstitucionalidade da demissão compulsória de professores com mais de 75 anos;
- b. A inconstitucionalidade da indicação de substituição dos demitidos por professores com menos de 50 anos;
- c. A formulação de uma proposta cujo espírito está em consonância com

a reforma trabalhista que ataca as conquistas históricas dos trabalhadores, em oposição à ética e às recomendações do Papa Francisco, da CNBB e das decisões assumidas no âmbito do próprio Consun e Consad.

3. Coerente com esses fatos, os professores reunidos propõem:

- a. Adiamento imediato das duas propostas;
- b. Discussão separada dos critérios de acesso e encerramento da carreira docente;
- c. Que o Consun estabeleça um calendário para ampla discussão entre os professores, departamentos e conselhos de faculdades e posterior apreciação por este conselho;
- d. Ampla divulgação da proposta em todos os segmentos da universidade.

Coletivo dos professores reunidos na APROPUC

continua na próxima página

continuação da página anterior

sua reunião criticando a maneira como estava sendo conduzido o processo. A reitora rebateu as questões afirmando que as propostas estavam dentro da constitucionalidade e da legitimidade estatutária e criticou, de maneira pouco elegante, o número dos professores que encaminharam as críticas.

Porém a reitora sempre brandia o argumento de que o Conselho Superior da Fundasp pedia um posicionamento sobre o acesso e o encerramento da carreira docente. Uma postergação

da decisão poderia acontecer, mas corria-se o risco de inviabilizar as mudanças.

Diante desta situação os conselheiros por ampla maioria aprovaram a proposta que deveria passar ainda pelo Consad e depois pelo Conselho Superior.

ENCERRAMENTO DA CARREIRA

Na sequência debateu-se a proposta de encerramento da carreira. O texto apresentado propunha uma alteração regimental onde "os professores terão atividades administrativas ou acadêmicas até

completarem 75 anos, devendo aposentar ao final do semestre letivo em que completam tal idade". Novamente algumas unidades levantaram o argumento de que um tema como este não deveria se esgotar apenas naquela reunião, mas ter uma ampla participação da comunidade, a maior interessada em uma resolução de tal importância.

Alguns conselheiros estavam preocupados com a possibilidade de demissão aos 75 anos, aventada pelo documento. A reitora porém, ia em sentido contrário à emenda regimental

proposta, dizendo que "a universidade não está propondo demissão de docentes".

Os possíveis valores de rescisão contratual e do plano médico proposto também foram levantados. A legalidade da proposta também foi sustentada pela reitora, contrariamente aquilo que foi levantado pelo departamento jurídico da APROPUC (veja na página 2 desta edição).

Neste item, diferentemente do anterior, não foi possível uma aprovação na sessão extraordinária, ficando a discussão para uma sessão posterior a ser marcada pela reitora.

FALA COMUNIDADE

A Carreira Universitária é UNA

Marcelo Figueiredo

Fiquei surpreso com a notícia estampada no PUCviva de abril último ao dar a notícia "Consun analisa propostas de ingresso e encerramento da carreira docente". Muito embora possa parecer positiva a iniciativa em uma primeira análise, ao refletirmos um pouco mais sobre o assunto não é essa a impressão que fica no leitor conhecedor da estrutura universitária e das regras que a presidem. Ao ler toda a matéria, verificamos que a iniciativa é parcial e não reflete o conjunto de necessidades atuais do corpo docente e de todas as unidades universitárias. Faltou a meu juízo um diagnóstico mais amplo que pudesse atacar o problema de forma compreensiva. O chamado "representamento" atingiu a Universidade como um todo há aproximadamente 12

(doze) anos. Como todos sabem há unidades que foram mais atingidas do que outras. Assim, a Faculdade de Direito e a FEA, aparentemente foram as mais prejudicadas com a medida tomada no passado e até hoje não resolvida. E assim é porque muitas unidades já tinham realizado a maioria dos seus concursos de ingresso e ascensão na carreira quando a medida foi adotada. Já nessas duas unidades, boa parte de seu corpo docente foi impedido de progredir na carreira, congelando o quadro de professores e retirando a legítima expectativa de acesso de um patamar (grau) a outro. O quadro foi ainda agravado pelas demissões de professores experientes e sua substituição por professores iniciantes contratados com salários nitidamente inferiores aos pagos aos professores integrantes da carreira docente. O maior risco do Consun apreciar essa matéria de forma se-

letiva e pontual é o de não ter um quadro completo da situação na Universidade. Por que somente serão analisados e promovidos os mestres e doutores? E porque somente em alguns departamentos de somente algumas unidades. Chama ainda a atenção na matéria a utilização de um critério retroativo de carga horária. O(a) professor(a) deve ter um mínimo de vinte horas em 2014. Como os candidatos em potencial podem no ano de 2018 enquadrarem-se em um critério que toma o passado como critério. A regra era vigente no passado para ser usada no presente?

É preciso recordar que a carreira é uma unidade. É muito difícil traçar critérios pontuais em uma determinada classe ou grau sem afetar as seguintes e antecedentes. Há toda uma lógica de ascensão que vai do princípio ao fim por intermédio de diferentes "classes". O ajuste pontual nun-

ca é recomendado em situações como essa, pois a pretexto de resolver a situação de uma classe pode acabar prejudicando uma outra.

Pontes de Miranda jurista ilustre já ensinava: "não há carreira sem que se caminhe, se avance, ou se possa caminhar ou avançar (...)" (Comentários à Constituição de 1967, Tomo III, Rio, Ed. Forense, p. 422).

Esperemos que os Conselhos das Faculdades e das diversas unidades da Universidade estejam acompanhando atentamente a matéria, a fim de que seus professores não sejam ainda mais prejudicados em suas carreiras do que já foram ao longo dos últimos doze anos, desde que esse ato de exceção passou a vigorar em nossa comunidade por mais de uma década.

Marcelo Figueiredo é Professor Associado da Faculdade de Direito tendo sido seu Diretor por duas gestões.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Educação básica segue na luta contra as mantenedoras

O grande embate do ensino privado neste ano está por conta das escolas da educação básica da rede particular. O Siceesp - sindicato patronal das escolas privadas - recusou-se a prorrogar a Convenção Coletiva por mais 45 dias. Na rodada de negociação da Campanha Salarial 2018 da Educação Básica de 27/3, o representante patronal abandonou a discussão da convenção coletiva, declarou-se fechado a novas negociações e, ainda, afirmou que não aceitará a proposta do Tribunal Regional do Trabalho de prorrogar a vigência das cláusulas das atuais convenções por 45 dias - e, com isso, permitir a continuidade das negociações.

O rompimento unilateral das negociações pelo sindicato patronal revela as consequências perversas da reforma trabalhista, mas também coloca aos

professores o desafio de não aceitar a perda dos direitos e fortalecer a mobilização daqui pra frente. Ao encerrarmos esta edição estava sendo realizada uma assembleia da categoria.

ENSINO SUPERIOR

A movimentação das mantenedoras da educação básica antecipa a discussão que deverá ocorrer no próximo ano quando o ensino superior voltará a discutir sua convenção coletiva. No momento temos um acordo que vale até 2019, somente algumas cláusulas como os planos de saúde estão em discussão. Os patrões já concordaram com a prorrogação por mais 45 dias da vigência destes planos.

A campanha salarial no ensino superior está limitada a cinco cláusulas: reajuste; plano de saúde; bolsas de estudo em cursos que tem a oferta de vagas

reguladas: medicina, odontologia, psicologia e direito; indenização adicional na demissão de professor com 50 anos ou mais e creche. As demais cláusulas da Convenção Coletiva estão garantidas até o final de fevereiro/2019. Quanto ao reajuste salarial os professores e funcionários da educação reivindicam a cesta de índices, que está pouco acima de 2%, mais 50% de aumento real.

ANTECIPAÇÃO NA PUC-SP

A Divisão de Recursos Humanos da PUC-SP informou que foi aplicado no salário de março, que foi recebido em 6/4, para professores e funcionários 1,00%, a título de antecipação salarial, respeitando a data-base março/2018, considerando que até o momento não houve definição entre o Sindicato das Mantenedoras e os Sindi-

catos das categorias quanto ao índice a ser aplicado para esta data-base. Já para os professores foi aplicado mais 1,07% sobre o salário de fev/2018, referente à 4ª parcela do acordo dos 7,66% referente aos salários de 2005. A DRH manteve a decisão de só descontar imposto sindical daqueles professores que manifestaram-se sobre o desconto.

GREVE DOS PROFESSORES EM MG

Na quinta-feira, 4/4 os professores de Minas Gerais decidiram prosseguir com sua greve que já dura quase um mês. Os trabalhadores da educação estão em greve desde o dia 8 de março, pelo reajuste salarial prometido mas descumprido pelo governador petista e contra o atraso e parcelamento dos salários, como foi com o 13º da categoria.

Violência e impunidade campeiam por todo o país

Com a conjuntura extremamente efervescente das últimas semanas os registros de violência praticados pela polícia e donos de terra em todo o país se multiplicam de forma vertiginosa. No Rio de Janeiro, onde as investigações sobre o assassinato de Marielle Franco continuam na estaca zero, novas ameaças estão atingindo outros vereadores que defendem os direitos

humanos. Na semana passada a vereadora Talíria Petrone, também do PSOL, vêm sofrendo ameaças de morte pelas redes sociais. Em entrevista ao Brasil de Fato, ela conta como a violência das redes sociais logo se transformou em ameaças reais à sua integridade. No entanto, afirma que embora tenham reforçado a sua segurança, o movimento maior não é de recuo.

No Pará onde um ativista foi assassinado em Bucarena no mês passado, foi preso, a semana passada o padre José Amaro Lopes da Silva, que era braço direito da missionária norte-americana Dorothy Stang executada a mando de fazendeiros em 2005.

A prisão é vista como armação para criminalizar a luta do sacerdote. De acordo com a Comissão Pasto-

ral da Terra (CPT), o ataque é motivado pelo fato de o religioso ser uma das principais lideranças da equipe pastoral da Prelazia do Xingu. Segundo levantamento de entidades internacionais o Brasil é o país onde ocorre o maior número de assassinatos de camponeses no mundo e o estado do Pará detém o primeiro lugar neste ranking em todo o país.

ROLA NA RAMPA

O Golpe de 2016 é tema de curso na PUC-SP

Na quinta-feira, 05/04, no auditório 333, a faculdade de Ciências Sociais com colaboração do departamento de política e da APROPUC inauguraram o curso livre "O Golpe de 2016 e o futuro da democracia" e lançaram o segundo volume da Enciclopédia do Golpe: o papel da mídia. Com o auditório lotado, a mesa teve a participação de Inês Nassif, Prof. Francisco Fonseca, Maria Beatriz Costa Abrami-de, Rose Segurado, Mirian Gonçalves, Paulo Zocchi e Rodrigo Viana. Com uma data triste para a democracia brasileira, o evento, que foi marcado com dias de antecedência, irá tratar do golpe que o país sofreu em 2016 em vários parâme-

tros, principalmente o da mídia. Um golpe que vem se aprofundando até os dias de hoje. Com a conjuntura efervescente dos últimos dias a aula de apresentação acabou sendo, também, uma intervenção política.

"Quando pensamos nesse curso, estávamos estarecidos com o que havia acontecido com o colega Luiz Felipe Miguel, da UNB, por ter sido impedido de ministrar uma disciplina como essa porque teria um caráter partidário. Essa era a alegação. Entre alguns amigos próximos resolvemos fazer alguma coisa e assim surgiu esse curso. O curso é livre porque ele não está na grade de nenhuma faculdade e também porque ele é aberto para qualquer pessoa que



STHEFANMATOS

A mesa do evento sobre o golpe de 2016

tem interesse em discutir o que está acontecendo no nosso país.", disse a Professora Rose Segurado, coordenadora do curso.

O curso é uma forma de resistência para os fatos que vêm ocorrendo no Brasil. Serão 11 aulas que ocorrerão na APROPUC. Os temas são: Golpe mídia e hegemonia; A agenda regressiva: Reformas do governo temer; O golpe e as rela-

ções de classe; a construção do golpe de 2016; O ódio na política e a política de ódio; conservadorismo e a ascensão da nova direita; o governo ilegítimo, direitos humanos e os migrantes; desafios da resistência; direitos e conquistas após o golpe de 2016 - o golpe e as minorias sexuais e de gênero.

Na próxima semana acontece a vacinação contra gripe

A Divisão de Recursos Humanos (DRH) juntamente com a APROPUC e a AFA-PUC, realizam entre os dias 16 e 20/4 a tradicional vacinação contra a gripe. Os associados da APRO-

PUC e AFAPUC estão isentos de pagamento, não associados R\$25,50, dependentes, R\$51,00, com desconto em folha de pagamento. Veja abaixo o cronograma da vacinação.

Campus	Data	Horário	Local
Perdizes	16 a 20/04	9h às 21h	Sala1 Biblioteca
Consolação	17/04	9h às 21h	Sala Reunião da Direção
Sorocaba	18/04	9h às 19h	Sala 113
Ipiranga	18/04	8h às 14h	Sala 2 - bloco 2
Santana	18/04	18h às 21h	Sala P03
V.Clementino	19/04	9h às 17h	A Confirmar

Naci debate questão nacional

Dando continuidade aos debates do Núcleo de Análise e Conjuntura Internacional (Naci), acontece no próximo dia 11/4, às 14h, a palestra sobre a Questão Nacional com o Dr. Walter Sorrentino,

vice-presidente do PCdoB e diretor da União Brasileira de Escritores. O evento acontece na sala 244 do Prédio Novo. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone 11 3670-8516.

ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES

10/4

Auditório da
APROPUC

18h

DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE
ENCERRAMENTO DA CARREIRA DOCENTE

FORMAÇÃO DE COMISSÃO PARA
PROCESSO ELEITORAL DA APROPUC